



Ulysses e Sarney tinham uma relação tempestuosa. Deputado forçava ao presidente a coabitação no poder

Sulbrasileiro — que estava sob intervenção do BC desde 7 de janeiro de 1985 — e Habitasul. Antes, ambos tentaram uma fusão justamente com o liquidado Brasilinvest.

Sarney ainda se reuniu com a chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil, a economista chilena Ana Maria Jul, que veio cobrar do governo o cumprimento das medidas acertadas em novembro de 1982. Três anos antes, o país pediu (e recebeu) da instituição multilateral US\$ 4,5 bilhões. Em troca, comprometeu-se a arrochar salários, aumentar impostos e restringir importações e crédito interno. Os termos foram negociados por Ernane Galvêas, então ministro da Fazenda do governo Figueiredo.

Sobre a saúde de Tancredo, Sarney vinha sendo mantido à parte, conforme observa à biógrafa Regina Echeverria. Só soube que o presidente eleito seria transferido de Brasília para o Instituto do Coração, em São Paulo, pela filha Roseana, que estava na casa de amigos quando receberam um telefonema informando a remoção. Atribui esse afastamento ao general Ivan de Sousa Mendes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que era ligado ao político maranhense Victorino Freire, desafeto de Sarney.

“Ele nunca teve a noção de que falava com o presidente da República, a quem devia lealdade e transparência”, lamentou, conforme registrado em *Sarney, a Biografia*. Sousa Mendes, porém, mantinha Ulysses e o general Ernesto Geisel, penúltimo presidente da ditadura militar, a par de tudo que se passava com Tancredo.

Para não ser driblado, Sarney recorreu à amizade com os médicos Fúlvio Pileggi e Giovanni Bellotti, ambos do Hospital do Coração, para saber da saúde do presidente eleito. Inclusive, foi por eles que teve conhecimento da segunda cirurgia e que o quadro de Tancredo se agravava.

Porém, é preciso ressaltar que Sarney não guardou mágoa de Sousa Mendes, que morreu em fevereiro de 2010. A época, por meio de nota, o ex-presidente disse que “o general Ivan, colaborador de meu governo na condição de ministro da Informação, foi um profissional de extrema competência e grande compromisso com seus deveres institucionais”.

O problema

Ulysses, por sua vez, incomodava com os espaços que tentava reservar para si. Apesar de elogios à condução que Sarney fazia do recém-começado governo por peemedebistas — como o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga — e por petistas menos radicais — como o deputado Aírton Soares, que votou em Tancredo no Colégio Eleitoral e foi punido pela cúpula do PT de então —, o Senhor Diretas agia sem consultar o presidente em exercício. Segundo relatado em *Sarney, a Biografia*, chegou ao ponto de, por conta própria, convocar para uma reunião 10 ministros do PMDB, mais as lideranças do partido. Sarney não foi avisado. O tema eram as nomeações de segundo e terceiro escalões.

Nesse momento, o presidente da Câmara teria dito aos presentes: “O que eu fazia com Tancredo, vou fazer com Sarney”, afirmou, para protesto de Lyra e do senador Fernando Henrique Cardoso.

Essa tentativa de impor a duplicidade de comando resultava no rápido desgaste da imagem do presidente em exercício. Analistas da cena política à época (como o jornalista Paulo Francis) menosprezavam a interinidade vivida por Sarney. Preferiam considerá-lo, de saída, inepto para substituir o carismático Tancredo. Para isso, davam maior peso à trajetória política que construiu pré-rompimento com a ditadura militar. E à medida que a saúde do presidente eleito se agravava, muitos expunham, em críticas agressivas, o ceticismo sobre o sucesso de um eventual governo Sarney.

“Eu o ouvia (Ulysses) em todas as decisões e nomeações. Com isso, evitava abrir uma frente que seria fatal para minha frágil legitimidade. Ulysses sentiu-se confortável e adquiriu confiança em que eu jamais faria um jogo para afastar o PMDB. Ele também sabia que eu não tentaria impor um projeto pessoal. Não podia perder de vista o dever moral de

governar com o PMDB de Tancredo, e não hostilizá-lo. Mas isso, em política, não é fácil”, explicou Sarney a Regina Echeverria.

As decisões do presidente em exercício, porém, receberam o endosso do presidente internado, que serviram para deixar claro a quem o governo deveria respeitar — e, aos demais poderes, a quem se dirigir. Em 23 de março de 1985, Tancredo escreve a Sarney e expõe a confiança no substituto: “A Nação está registrando o exemplo de irrepreensível correção moral que o prezado amigo lhe transmite no exercício da Presidência da República”, frisa, logo no começo da carta.

Em 25 de março, Sarney devolve a gentileza. “Seu generoso julgamento é motivo de grande orgulho. Melhor recompensa minha modesta vida pública não poderia ter”, diz, também em mensagem escrita. Não por coincidência, em 22 de março a manchete do *Correio Braziliense* foi: “Sarney: País não pode ficar parado — Presidente em exercício tem respaldo político e militar para começar a governar de fato”.

Segundo Thomas Skidmore, em *Brasil: de Castelo a Tancredo*, já na condição de definitivo por conta do quadro irreversível de saúde daquele com o qual formara a chapa no Colégio Eleitoral, Sarney fez a seguinte observação sobre o quadro político e econômico que teria de domar.

“Eu, sem o desejar, sem ter tido tempo para preparar-me, tornei-me o responsável pela maior dívida externa sobre a face da terra, bem como da maior dívida interna. Minha herança incluiu a maior recessão de nossa história, a mais alta taxa de desemprego, um clima sem precedentes de violência, desintegração política potencial e a mais alta taxa de inflação da história do nosso país — 250% ao ano, com a perspectiva de atingir 1.000%”, anotou.

O pacote

Por causa da difícil situação econômica do Brasil, um pacote de medidas restritivas é baixado em 18 de março. Segundo a manchete do *Correio Braziliense* do dia seguinte — “Nova República desembulha o primeiro pacote de arrocho” —, eram seis os principais pontos a serem implantados pelo governo: 1) ministérios tinham 30 dias para cortar 10% dos próprios orçamentos; 2) empréstimos dos bancos oficiais eram suspensos por seis meses; 3) execuções orçamentárias de cada pasta do governo seriam escrituradas — e eventualmente liberadas — pela Fazenda; 4) estavam suspensas as contratações nos órgãos da administração direta e indireta; 5) punição para autarquia ou estatal que não saldar o empréstimo externo que fizera; e 6) regras de rolagem da dívida interna das empresas junto aos bancos deveriam ser cumpridas conforme os termos já ajustados.

Os maus números da economia eram a principal preocupação na arcaçada da Nova República. Em 23 de março, o *Correio Braziliense* registra na manchete: “Correção monetária muda para atacar especulação — Com a mudança de cálculo, Banco Central espera reduzir a inflação”.

Em paralelo, a comissão da constituinte, em que se daria os primeiros passos para a Carta a ser promulgada em 5 de outubro de 1998 — a criação da Assembleia Nacional Constituinte nasceu de um proposta de emenda à Constituição (PEC) enviada por Sarney ao Congresso, em julho de 1985 —, aguardaria a retomada da Presidência por Tancredo. Segundo o ministro Fernando Lyra, da Justiça, o decreto da criação do colegiado estava pronto e tinha sido analisado pelo jurista Afonso Arinos, que a encabeçava, e teria como secretário-executivo o jornalista Mauro Santayana.

Porém, segundo o hoje deputado Aécio Neves (PSDB-MG), então secretário particular de Tancredo, em depoimento à memória da Câmara dos Deputados, Sarney deixou a missão de formular a nova Constituição totalmente a cargo do Congresso. Para Aécio, que foi constituinte, a Carta de 1988 é o principal legado do ex-presidente ao Brasil. “Do ponto de vista político, foi ele que permitiu que o Brasil discutisse e aprovasse uma Constituição sem qualquer interferência do Poder Executivo”, garante.

Fotos: Correio Braziliense/Reprodução



Edição de 18 de março: cofres fechados na primeira reunião ministerial



Na edição do dia 19, governo apresenta aos brasileiros o “pacote de arrocho”

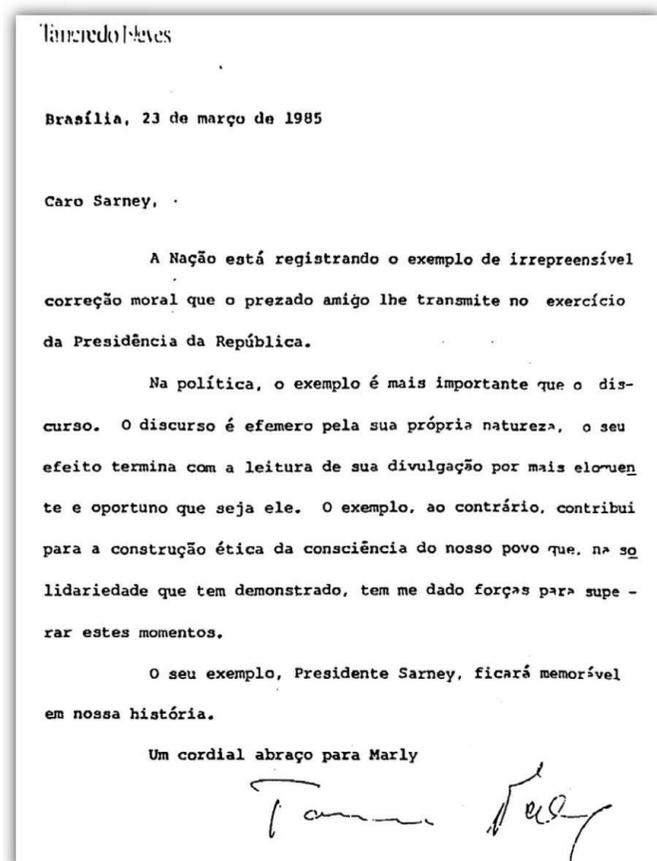


Mais medidas para conter a inflação descontrolada na capa de 23 de março



Sem o desejar, sem ter tido tempo para preparar-me, tornei-me o responsável pela maior dívida externa sobre a face da terra, bem como da maior dívida interna. Minha herança incluiu a maior recessão de nossa história, a mais alta taxa de desemprego, um clima sem precedentes de violência, desintegração política potencial e a mais alta taxa de inflação da história do nosso país — 250% ao ano, com a perspectiva de atingir 1.000%”

Trecho de conversa entre Sarney e Thomas Skidmore em que o presidente deixa evidente a preocupação de estar à frente de um país em situação pré-falimentar



Na carta a Sarney, Tancredo torna pública sua confiança no substituto